

## **DISCLOSURE RELATIVO AO ATIVO IMOBILIZADO (CPC 17): EVIDÊNCIAS NAS EMPRESAS CATARINENSES LISTADAS NA B3**

Ariane Pivetta

Bacharel em Ciências Contábeis  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)  
E-mail: arianepivetta@hotmail.com

Maiara Pivetta

Bacharel em Ciências Contábeis  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)  
E-mail: maiarapivetta@hotmail.com

Márcio Roberto Piccoli

Mestre em Ciências Contábeis  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)  
E-mail: marcio.piccoli@unoesc.edu.br

André Carlos Einsweiller

Mestre em Ciências Contábeis e Administração  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)  
E-mail: andre.einsweiller@unoesc.edu.br

### **RESUMO**

*Disclosure* tem como principal função auxiliar os investidores em avaliar as melhores oportunidades na alocação de seus recursos e na tomada de decisão. Com a adoção das normas internacionais, encontrou-se nas demonstrações contábeis e notas explicativas um aumento na evidenciação dos itens do ativo imobilizado. Desta forma, o objetivo geral do estudo foi identificar o nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas catarinenses listadas na B3 a partir da análise do CPC 27. Para isso, utilizou-se de um *check list* para a coleta das informações dispostas nas notas explicativas das 19 empresas catarinenses de capital aberto, listadas na B3 nos períodos de 2016 a 2018. O estudo possuiu uma abordagem qualitativa e descritiva, onde os dados foram observados, classificados e analisados para encontrar o nível de evidenciação nos ativos imobilizados das empresas em estudo. Os resultados demonstraram que nem todas as empresas estão evidenciando corretamente suas informações conforme o CPC 27, mas a maioria apresentou um nível de evidenciação classificado como “bom”, buscando atender a norma contábil. Desse modo, percebe-se que o *disclosure* deve estar presente em todas as demonstrações contábeis. Neste estudo, as empresas classificadas como “bom”, em 2016 representavam 42,10%, tornando-se esse nível mais representativo em 2018 e atingindo 57,89% das empresas estudadas. Ao longo do período observado, as empresas apresentaram um crescimento de 37,51% de evidenciação em seus demonstrativos mostrando que embora ainda tenham muitas informações a serem disponibilizadas, as empresas estão se empenhando para atender ao máximo o CPC27.

**Palavras-Chave:** *Disclosure*. Ativo imobilizado. Demonstrações contábeis.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da Lei 11.638/2007 em vigência, o Brasil iniciou a convergência às normas internacionais de contabilidade, tendo como objetivo, melhorar a qualidade das informações contábeis publicadas. Sendo assim, a apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas das empresas abertas instaladas no Brasil, em conformidade com a IFRS (*Internacional Finance Report Standard*) publicada pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) passou a ser exigida para o exercício findo em 2010 (SILVA; SILVA; DENBERG, 2011).

Entretanto, esforços vêm sendo realizados no Brasil com o intuito de alinhar as práticas contábeis locais com as realizadas nos demais países, contudo, a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005 que passos mais firmes foram dados rumo ao processo de convergência contábil (SOUZA *et al.*, 2016). Nota-se então, que as empresas que fizeram a adoção inicial dos pronunciamentos do CPC apresentaram maiores evidenciações contábeis do que as que não fizeram.

Nesse sentido, sabe-se que o ativo imobilizado exerce papel fundamental para a continuidade operacional de muitas organizações, especialmente as de capital intensivo, na qual suas informações são importantíssimas nas decisões. Dada essa relevância, torna-se imprescindível a divulgação de informações sobre o estado e a movimentação de tais ativos, principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à gestão da organização (SOUZA *et al.*, 2016).

Como base muitos estudos foram realizados, de modo que alguns deles podem ser destacados aqui. Os estudos de Kaveski, Carpes e Klann (2015) indicaram uma relação positiva e significativa entre o ativo imobilizado das empresas e o índice de evidenciação, verificados pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27. No estudo de Caliman (2015), de 12 itens do *check list* realizado as empresas apresentaram no mínimo nove deles, sendo que para a autora, esse número considera-se um nível de evidenciação expressivo. O mesmo ocorreu no estudo de Marques *et al.* (2016) concluindo em sua pesquisa que das 29 empresas estudadas apenas 3 atenderam 50% ou menos dos requisitos. E por fim, os resultados encontrados nos estudos de Silva, Silva e Lourencel (2016) foi um índice de não divulgação bem baixo, 32,9%.

Sendo assim, em conformidade com a adoção das normas internacionais, espera-se encontrar nas demonstrações contábeis e notas explicativas um aumento na evidenciação dos itens do ativo imobilizado. Desse modo, considera-se a gestão do imobilizado fundamental para as organizações, pois a mesma exerce influencia direta na formação da estrutura da organização, principalmente em indústrias, as quais tem nesses itens a operacionalização de sua atividade.

Para Murcia *et al.* (2011) a evidenciação, conhecida no ambiente organizacional como *disclosure*, refere-se ao ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente e público. Nesse ambiente o *disclosure* está envolvido no preceito de transparência e relaciona-se à evidenciação de informações, a qual pode ser voluntária e ou discricionária, isso quando tratam de informações suplementares, ou obrigatória, exigida por leis, contratos ou outros fatos legais.

Diante deste contexto, apresenta-se como problema de pesquisa: Qual o nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas catarinenses listadas na B3 a partir da análise do CPC 27? A pesquisa tem como objetivo identificar o nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas catarinenses listadas na B3 a partir da análise do CPC 27.

Sabe-se que qualquer alteração no imobilizado compromete as informações contábeis fornecidas ao mercado e à adoção do *disclosure* do ativo imobilizado permite maior qualidade

e detalhamento das demonstrações contábeis, interferindo na confiança e escolha dos usuários da contabilidade. Os valores dos cálculos da depreciação influenciam diretamente no resultado da organização, de modo que os valores do ativo imobilizado correspondem à parte significativa do ativo das entidades, tendo grande importância à aplicabilidade e a análise do CPC 27, sendo assim, justifica-se esse estudo diante dessas constatações.

A população selecionada para este estudo abrange empresas catarinenses que estão em constante crescimento econômico e pela diversidade de produção do estado, gerando maior quantidade de matéria prima a ser processada e por consequência maior quantidade de bens imobilizados nas empresas para industrializar seus produtos.

Como complemento de informações para a justificativa do estudo, relata-se que Santa Catarina foi o primeiro Estado em produção de suínos com uma participação de 26,1%, de cebola com 33%, de maçã com 50,01% e de arroz com 9,9%. Além disso, também foi o segundo Estado com maior produção de frango atingindo 16%, de fumo com 28,9% e de erva mate com 14,5%. Não obstante, os catarinenses conquistaram o terceiro lugar do Brasil na produção de alho tendo uma contribuição de 19,7% e na produção de leite, banana, trigo e mel de abelha, o estado atingiu a quarta posição (EPAGRI, 2018).

Através desses dados, o balanço de 2018 publicado na rede catarinense de notícias segundo a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) apresentou um avanço no PIB do estado de 7,1%. Além disso, foi publicada uma estimativa do PIB catarinense para 2019, apresentando crescimento de 3,24%, de modo que, esse progresso é liderado pelo Vale do Itajaí com um crescimento de 5,43% e pela região Norte com 3,27%.

Além disso, este estudo está dividido em cinco seções, ou seja, inicialmente, foram abordados os aspectos introdutórios do estudo, logo após, apresenta-se o referencial teórico, que tem por finalidade dar sustentação teórica no estudo como um todo. Em seguida, tem-se a seção da metodologia, contendo a classificação e a explanação das técnicas usadas para sua realização deste. Dando sequência, é apresentada a análise dos dados do estudo com as discussões e por fim é expostas as considerações finais referente ao tema e análise dos dados até então descritos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico que dá sustentação ao referido artigo. O primeiro tópico aborda sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 27) - Ativo Imobilizado. Posteriormente, o artigo versará sobre o *disclosure* das informações contábeis. Por fim, apresenta-se os estudos correlatos referente ao ativo imobilizado e ao *disclosure*.

### 2.1 CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

Sabe-se que a contabilidade tem por objetivo, atender a seus diversos usuários de maneira clara e objetiva fornecendo dados transparentes sobre o patrimônio das organizações e auxiliando na tomada de decisão (PASSOS, 2010). Dada essa importância, Guebara (2009) afirma que apesar da contabilidade ter um papel relevante, ainda existia a necessidade de manter uma harmonia com a contabilidade internacional, em virtude disso, entendeu-se que deveriam ser padronizadas as normas em nível internacional, de modo que por meio da harmonização dos padrões contábeis, as desigualdades contidas nas demonstrações financeiras, reduziram.

Diante disso, ficou sob a responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em emitir as normas contábeis e realizar a convergência das normas nacionais às internacionais, sendo este, portanto, o órgão regulador máximo da contabilidade nacional (REIS e NOGUEIRA, 2012). Entre os pronunciamentos estabelecidos pelo CPC, destaca-se o

CPC 27 que discorre sobre o Ativo Imobilizado, haja vista a relevância do imobilizado dentro do patrimônio das empresas e seu impacto no resultado da organização e na tomada de decisão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis 27 tem por objetivo definir o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários possam analisar as informações e alterações sobre o investimento da empresa em seus ativos imobilizados. Observando o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem incorporados em relação aos mesmos.

Segundo Reis e Nogueira (2012) a tendência da maioria das organizações sempre foi de utilizar as taxas de depreciação admitidas pela legislação fiscal, mas na atual conjuntura o ideal é utilizar percentuais de depreciação que correspondam com a realidade da organização, verificando o tempo real de vida útil do bem, o desgaste por ele sofrido e seu valor de mercado. Nesse sentido, para Rodrigues, Silva e Carvalho (2014), o imobilizado das indústrias de produção de bens industriais costuma ser representativo devido necessitarem de um grande parque industrial para efetivar a conservação de suas atividades operacionais.

Galante, Oenning e Land (2016) recomendam que em decorrência do crescimento patrimonial das empresas e entidades públicas, a contabilidade deve realizar o registro analítico de todos os bens de caráter permanente, com descrição dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos gastos referentes à sua guarda e manutenção. Ainda segundo os autores a avaliação patrimonial deve traduzir a evidenciação dos atos e fatos administrativos correspondentes ao valor monetário dos itens do ativo e do passivo, de modo que sua mensuração se define por análises qualitativas e quantitativas.

Para Grejo *et al* (2019) a proporção do ativo imobilizado impacta na capacidade de resposta à diminuição nas vendas, desse modo, os autores afirmam que as organizações com menor quantidade de ativo imobilizado respondem mais rapidamente a uma queda nas vendas, quando comparadas com organizações com maior representatividade desse ativo imobilizado, sendo que estas exibem maior grau de alavancagem, invertendo-se o resultado quando ocorre uma diminuição nas vendas.

Em relação aos ativos imobilizados, pode-se entender que eles representam bens físicos mantidos para facilitar a produção de outros bens ou gerar serviços à empresa ou seus clientes, no transcorrer normal das operações (HENDRIKSEN; VAN BREDA 1999). O CPC 27 define o ativo imobilizado como um item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, além disso, almeja-se usufruir por mais de um período.

Mas o CPC 00 determina como ativo, o recurso controlado pelas organizações decorrentes de resultados de acontecimentos passados, do qual se espera que proporcionem futuros benefícios econômicos para a organização. Segundo Iudícibus *et al.* (2013, p. 222), “a organização registra como ativo em seu balanço um bem se for possível que futuros benefícios econômicos associados ao item retornarão para a empresa sendo possível escriturar o custo do item de forma segura”.

Ainda, de acordo com o item 16 do CPC 27, o custo do imobilizado é formado pelo preço de aquisição, somados aos encargos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos dos descontos e abatimentos se houver, adiciona-se ao custo, os gastos utilizados para instalar o bem e deixa-lo apto ao funcionamento conforme a pretensão da organização.

Em conformidade com o CPC 27, no item 31, refere-se que depois de reconhecido como um ativo, o bem pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda

por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes, sendo atualizada regularmente a reavaliação, a fim de que o valor contábil do bem esteja em conformidade com o seu valor justo na data do balanço.

Após a contabilização do bem, se faz necessário o reconhecimento dos gastos relacionados à sua utilização, o registro da despesa acontece respectivamente com o reconhecimento de acréscimo nos passivos ou de diminuição nos ativos, em relação ao ativo imobilizado temos a depreciação, conforme descreve o CPC 00.

Rodrigues, Silva e Carvalho (2014) define que a depreciação é o ato contábil de desvalorização do bem em decorrência do tempo, estado de conservação e grau de inercia. Inicia-se a depreciação do bem no momento em que ele está devidamente instalado e pronto para uso, sendo cessada quando qualificada para venda ou quando é efetivada sua baixa, o que ocorrer primeiro, conforme é descrito no CPC 27.

De acordo com Andreatta (2013), a estimativa de vida útil do bem é uma questão de julgamento baseado no conhecimento da organização com ativos parecidos. O CPC 27 aponta que há vários métodos de depreciação que podem ser empregados, sendo um destes o método da linha reta, que resulta em considerar uma despesa constante durante a vida útil do bem, caso o seu valor residual não se altere.

Já o método dos saldos decrescentes, resultando em despesa decrescente durante a vida útil e o método de unidades produzidas, foi baseado no uso ou produção esperada. Nesse mesmo ponto de vista, Iudícibus et al. (2013) afirmam que a depreciação é um ato de trazer o bem ao seu valor recuperável, pois considera a perda da disposição de recuperação do ativo, comprovando a redução do seu valor econômico.

Reis e Nogueira (2012) esclarecem que no Brasil, a tendência das organizações é aplicar as taxas de depreciação estabelecidas pela legislação fiscal, utilizando a depreciação linear, contudo, os autores afirmam ainda que o correto é utilizar percentuais que correspondam com o bem e com a organização.

Ademais, Iudícibus *et al.* (2013) relatam que não só se deve utilizar os percentuais estabelecidos pela legislação fiscal, como também, realizar uma análise minuciosa do ativo imobilizado, definindo sua vida útil e valor residual, encontrando tempo de vida útil diferente da estipulada pela legislação e deve-se considerar o critério contábil, mesmo que o bem continue registrado após estar totalmente depreciação conforme a percepção fiscal.

Para Assaf Neto (2010), o ativo imobilizado exerce grande influência sobre a atividade da organização, influenciando nos rendimentos e índices de liquidez esperados. O autor relata que por envolver um grupo de informações representativas da estrutura patrimonial da organização, os investimentos em imobilizado demandam por parte dos analistas e demais usuários, uma interpretação mais apurada.

Em vista da grande relevância do ativo imobilizado no seguimento operacional das organizações e principalmente no auxílio aos investidores para a tomada de decisão, que na maioria das vezes, não possuem informações gerenciais, espera-se encontrar crescimento no nível de *disclosure* dos itens do ativo imobilizado em conformidade com as exigências presentes no CPC 27.

## 2.2 DISCLOSURE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com o CPC 00, as demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões por parte dos usuários em geral. Em conformidade, Coelho e Lins (2010) afirmam que para a informação contábil ser válida, sua divulgação deve ser confiável, livre de erros ou vieses relevantes, representando corretamente aquilo que se propõe a apresentar.



Além disso, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que o *disclosure* nada mais é do que o ato de divulgar, evidenciar e destacar as informações e os meios mais utilizados é as informações entre parênteses, as notas explicativas, os quadros, as demonstrações suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração.

Enquanto Bushman, Piotroski e Smith (2004) conceituam o *disclosure* como uma ferramenta de exposição dos documentos da organização para os usuários externos, que servem como um meio de transparecer as informações. Ademais, como função, o *disclosure* auxilia os investidores a avaliar as melhores oportunidades na alocação de seus recursos, fazendo inferências sobre o desempenho atual e futuro das organizações para a tomada de decisão e investimento (LANZANA, 2004).

Murcia *et al.* (2011) salienta que há o *disclosure* obrigatório e *disclosure* voluntário, sendo que o *disclosure* obrigatório qualificado pela obrigatoriedade legal, visa garantir uma padronização e confiabilidade dos elementos divulgados, possibilitando os usuários, subsídios de qualidade. Já o *disclosure* voluntário, caracteriza-se por apresentar elementos complementares, podendo ser interpretado como um diferencial competitivo para a organização.

Hendriksen e Van Breda (1999) apresentam três níveis de *disclosure*: divulgação adequada, justa e completa. Em relação à divulgação adequada, a mesma corresponde a um volume mínimo de informações necessárias com a missão de evitar que as demonstrações sejam falsas. Já a divulgação justa está associada aos aspectos éticos de tratamento igualitário para com todos os usuários. E por fim a divulgação completa envolve a evidenciação total.

Diante disso, Murcia e Santos (2009) afirmam que a evidenciação das informações devem ser relevantes e claras, ampliando a visão dos usuários em relação à organização, sem que haja gastos desnecessários no processo do *disclosure*, pois o excesso de informações pode confundir o usuário.

Portanto, a evidenciação para Iudícibus (2009) é uma responsabilidade ligada diretamente entre a contabilidade e seus usuários, de modo que, ocultar ou fornecer informações resumidas é tão prejudicial quanto fornecer informações em excesso.

Sendo assim, Bushman, Piotroski e Smith (2004) acreditam que o *disclosure* se torna responsável por facilitar o diálogo entre gestores e investidores e contribui para que investidores tenham subsídio necessário para uma apropriada aplicação de seus recursos. Além disso, o *disclosure* serve como um dos instrumentos de monitoramento dos gestores da organização realizada pelos investidores externos.

Gracilino e Fialho (2013) relatam que os relatórios contábeis são formas de *disclosure* das informações aos usuários, os quais evidenciam a importância do contador na adequação e elaboração prática das demonstrações e na evidenciação da informação. As informações expressadas com transparência e confiabilidade pelas organizações nos relatórios servem como principal instrumento para a tomada de decisões.

Em relação ao *disclosure* do ativo imobilizado, o CPC 27 recomenda que as demonstrações contábeis devam divulgar os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto, os métodos de depreciação utilizados, as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas, o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumulado) no início e no final do período e a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Seguindo essa ideia, Vieira *et al.* (2015) corrobora que mesmo sendo revisado os critérios de depreciação utilizados, conforme orienta o CPC 27, não existiram alterações significativas nos procedimentos de contabilização, no período posterior a adoção do pronunciamento.

Numa análise realizada por Macedo e Silva (2018) existem algumas organizações brasileiras, argentinas e chilenas de capital aberto, que em nenhum momento apresentaram a totalidade de aderência em todos os quesitos propostos pelo CPC 27. Diante da obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis, entre elas o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas, são de responsabilidade da contabilidade ou contador, fornecer informações claras e precisas, mantendo o bom nível de *disclosure* em todas as demonstrações fornecidas pela organização.

Desse modo, Camargo *et al.* (2015) salientam que a adoção de práticas internacionais somados ao CPC 27 permitiu um melhor julgamento da mensuração dos ativos imobilizados das organizações e assim contribui aos investidores a obtenção de informações mais precisas sobre a entidade a ser investida.

### 2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Pesquisas empíricas são apresentadas em relação ao imobilizado e ao *disclosure* das informações contábeis.

Reis e Nogueira (2012) verificaram se as novas normas contábeis para depreciação e registro do imobilizado estavam sendo adotadas para fins de divulgação externa e se houve alteração nas taxas de depreciação utilizadas. Com base nos relatórios de março de 2010 das organizações do Novo Mercado o estudo apresentou que das 82 empresas, apenas 16% (13 empresas) aderiram antecipadamente às normas. Por outro lado, 28 empresas (34%) apresentaram, ao menos no seu item mais relevante do imobilizado, um percentual de depreciação diferente do exigido pela legislação fiscal, evidenciando que 66% das empresas ainda adotam taxas de depreciação exigidas pela legislação fiscal. O estudo mostrou ainda, que 50 empresas (61%) apresentaram informações evidenciando as ocorrências no ativo imobilizado, tais como adições, baixas, depreciações, etc.

Rodrigues, Silva e Carvalho (2014) abordaram as mudanças ocorridas no ativo imobilizado trazidas pela Lei 11.638/07 que adequam às normas internacionais. Para os autores a convergência contábil possibilitou uma padronização e harmonização das informações, permitindo também ser compreendida em todos os lugares. Ainda para os autores, o CPC 27 traduzido do IAS 16, contribui de forma significativa para a qualidade da apresentação das informações do ativo imobilizado, podendo ser observado por exemplo, informações do tipo, valores depreciáveis, métodos de depreciação, custos atribuídos, reavaliações e teste de recuperabilidade, demonstrando assim a realidade dos ativos das empresas.

Caliman (2015) verificaram o processo de evidenciação das premissas previstas no CPC 27, referente às notas explicativas sobre o ativo imobilizado, observando as organizações siderúrgicas da B3 nos períodos de 2012 a 2013. Para o autor, as notas explicativas divulgadas não atendem a todas as condições previstas no CPC 27 e precisam de melhoria para garantir qualidade na informação contábil.

Kaveski, Carpes e Klann (2015) identificaram os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 por empresas listadas no Novo Mercado da B3, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. A população foi composta de 109 empresas em 2011, abrangendo uma amostra de 106 empresas. Para coleta dos dados foi elaborado um *check list* composto de 17 itens baseados no Pronunciamento Técnico CPC 27. Os resultados demonstraram que quanto maior o imobilizado, maior é o nível de *disclosure* do ativo imobilizado.

Telles e Salotti (2015) analisaram a evolução da divulgação e da apresentação nas demonstrações contábeis das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil antes, durante e depois da adoção das IFRS. Para isso, utilizou-se Análise de Conteúdo nas demonstrações financeiras padronizadas de 74 companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA de 2006 a 2012. Os resultados demonstraram que as empresas passaram a divulgar de forma detalhada somente após a adoção das normas internacionais e principalmente quando elas tornaram-se obrigatórias.

Silva, Kutianski e Scherer (2018) identificaram os fatores explicativos do nível de evidenciação do ativo imobilizado nas organizações brasileiras do setor industrial, listadas na B3. Para tanto, selecionou-se 33 empresas brasileiras de capital aberto listadas no setor de bens industriais cujas demonstrações financeiras padronizadas estavam disponíveis para os períodos compreendidos entre 2008 e 2013. Inicialmente realizou-se análise de conteúdo das notas explicativas, a fim de se construir o índice de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 27, o que resultou em 198 índices. Os resultados demonstraram que organizações de grande porte e com maior nível de endividamento possuem maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado.

Por fim, o estudo de Grejo *et al.* (2019) objetivou-se por investigar a influência do ativo imobilizado no comportamento assimétrico dos custos, observando 103 organizações brasileiras dos setores de consumo cíclico, materiais básicos e utilidades públicas entre os anos de 2005 a 2014. Através dos dados obtidos, verificou-se que investimentos maiores em ativo imobilizado aumentaram a possibilidade de a organização apresentar o *sticky cost*, ou seja, a variação dos custos totais foi maior para um aumento no volume de vendas, devido à sua estrutura de custos, pois a assimetria ocorreu devido aos custos fixos.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa quanto aos objetivos, enquadra-se como descritiva, quanto aos procedimentos configura-se como documental e quanto à abordagem do problema caracteriza-se como qualitativa. A população deste estudo compreendeu as 429 empresas brasileiras listadas na B3 e a amostra foi composta por 19 empresas catarinenses listadas, conforme pode ser constatado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Empresas Catarinenses**

Lista dos nomes das empresas catarinenses participantes do estudo	
BRF S.A	Metisa Metalúrgica Timboense S.A
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	PBG S/A
CIA Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	Pomifrutis S/A
CIA Hering	Schulz S.A
Dohler S.A	Statkraft Energias Renováveis S.A
Electro Aço Altona S.A	Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A
Engie Brasil Energia S.A	Têxtil Renauxview S.A
Karsten S.A	WEG S.A
Lojas Hering S.A	Wetzel S.A
Metalúrgica Riosulense S.A	

Fonte: Dados da pesquisa.

Além disso, o estudo foi realizado por meio da coleta dos dados dos itens de *check list*, conforme podem ser verificados no Quadro 2, referente à evidenciação dos requisitos exigidos pelo CPC 27 das demonstrações contábeis, incluindo as Notas Explicativas, as quais foram analisadas e descritas a partir dos resultados obtidos. Os dados deste estudo foram coletados



por meio da Economática, a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas de Santa Catarina listadas na B3, de 2016 à 2018, observando o ativo imobilizado empregando o *check list*, conforme é descrito no Quadro 2.

**Quadro 2 - Check List**

Dimensões	Item	Informações obrigatórias sobre ativo imobilizado conforme o CPC 27
Classe do Ativo Imobilizado	1	Demonstra os critérios de mensuração para determinar o valor contábil do bem.
	2	Define qual é o método de depreciação utilizado.
	3	Apresentou percentuais diferentes dos exigidos pela legislação fiscal.
	4	Valor contábil bruto e depreciação acumulada (mais perdas, por redução ao valor recuperável, acumuladas) no início e final do período.
	5	Apresentou a vida útil do bem.
	6	Conciliação do valor contábil no início e no final do período.
Conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado	7	Apresenta as adições, baixas e transferências.
	8	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda - CPC 31.
	9	Aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 31, 39 e 40 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidos ou revertidos.
	10	Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado - CPC 01.
Métodos e estimativas das vidas úteis ou as taxas de depreciação	11	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de <i>leasing</i> conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.
	12	Valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção.
	13	Depreciação acumulada no final do período.

Fonte: adaptado pelos autores (2019).

A análise dos dados foi realizada por meio de pontuação, conforme demonstra o Quadro 3, de modo a extrair o nível de evidenciação das empresas pesquisadas, observando os requisitos mencionado no CPC 27, sendo que, para cada item citado equivale a um ponto. Se a empresa atendeu ao item descrito no *check list* recebe um ponto, caso contrário, não pontua. Desse modo, as empresas que obtiverem 13 pontos atingem a pontuação máxima.

**Quadro 3 - Nível de evidenciação**

Nível de evidenciação				
Pontuação	0 a 4	5 a 8	9 a 10	11 a 13
Nível	Ruim	Regular	Bom	Ótimo

Fonte: Dados da pesquisa.

Após identificar a pontuação, foi denominado o nível de evidenciação, o qual pode ser classificado como: ruim, regular, bom ou ótimo, para verificar se as empresas em estudo aderiram ao CPC 27, bem como, qual o segmento de atividade que possuiu melhor nível de evidenciação e aderência ao CPC 27.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingir o objetivo de identificar o nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas catarinenses listadas na B3, realizou-se a leitura e análise das notas explicativas das empresas nos anos de 2016 a 2018 a partir da utilização do banco de dados Economática. Em resposta ao *check list*, assinalou-se com “Sim” as empresas que evidenciaram corretamente e

com “Não” quando a empresa não divulgou corretamente as informações, tendo como base as exigências do CPC 27. Os dados coletados são descritas nos Quadro 4, 5 e 6 de acordo com as três dimensões propostas no *check list*. No Quadro 4 apresenta-se os itens do *check list* referente à dimensão do Ativo Imobilizado.

**Quadro 4 - Classe do Ativo Imobilizado**

<i>Check List</i>	Item 1			Item 2			Item 3			Item 4			Item 5			Item 6			Nível por empresa
Empresas/Ano	16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18	
BRF S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
CELESC	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N	N	N	S	S	66,66%
CASAN	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	83,33%
CIA Hering	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	94,44%
Dohler S.A	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	94,44%
Electro Aço Altona S.A	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	88,88%
Engie Brasil Energia S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	94,44%
Karsten S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	94,44%
Lojas Hering S.A	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	N	N	S	S	S	72,22%
Metalúrgica Riosulense S.A	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	88,88%
Metisa Met. Timboense S.A	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	72,22%
PBG S/A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Pomifrut S/A	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	S	N	S	S	S	77,77%
Schulz S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Statkraft	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	88,88%
Teka-Tecel. Kuehnrich S.A	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	77,77%
Têxtil Renauxview S.A	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	S	S	N	S	N	S	S	S	72,22%
WEG S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	S	S	S	88,88%
Wetzel S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	S	S	S	88,88%
<b>Nível de evidenciação</b>	<b>98,24%</b>			<b>100,00%</b>			<b>73,68%</b>			<b>96,49%</b>			<b>47,36%</b>			<b>98,24%</b>			<b>-</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados demonstrados no Quadro 4, referente aos anos de 2017 e 2018, concluiu-se que todas as empresas apresentaram corretamente as informações do *check list* em 4 dos 6 itens analisados. O item com maior representatividade, com afirmação positiva aos procedimentos, diz respeito ao método de depreciação utilizado, o qual foi unânime para todas as empresas em todos os períodos da amostra. Já o item que possui menor índice de evidenciação, neste grupo de critérios, refere-se à apresentação da vida útil dos bens.

Conforme mostra o Quadro 4, das questões 1 a 6, o nível de evidenciação foi bem elevado, 86% dos itens tiveram resultado positivo nos 3 anos estudados e apenas 14% não atenderam as exigências do CPC 27. As empresas BRF S.A, PBG S/A e a Schulz S.A tiveram 100% de *disclosure* em seus ativos imobilizados, sendo que a empresa que teve o menor índice foi a Celesc, atendendo 67% dos dados investigados no estudo.

A segunda dimensão do *check list* do CPC 27 com os resultados das observações é apresentado no Quadro 5.

**Quadro 5 - Conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado**

<i>Check List</i>	Item 7			Item 8			Item 9			Item 10			Nível por empresa
Empresas/Ano	16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18	
BRF S.A.	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	N	75,00%
CELESC	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	91,66%
CASAN	S	S	S	N	S	S	S	S	S	N	S	N	75,00%
CIA Hering	S	S	S	S	S	N	N	S	S	N	N	N	58,33%

Dohler S.A	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	50,00%
Electro Aço Altona S.A	S	S	S	N	N	S	N	N	S	N	N	N	41,66%
Engie Brasil Energia S.A	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	83,33%
Karsten S.A	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	S	83,33%
Lojas Hering S.A	S	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	41,66%
Metalúrgica Riosulense S.A	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	25,00%
Metisa Met. Timboense S.A	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N	N	N	41,66%
PBG S/A	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N	N	N	41,66%
Pomifrut S/A	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	N	N	58,33%
Schulz S.A	S	S	S	N	S	N	N	N	S	N	N	S	50,00%
Statkraft	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	91,66%
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A	S	S	S	S	N	S	S	N	N	S	N	N	58,33%
Têxtil Renauxview S.A	S	S	S	S	S	N	N	S	N	N	N	N	50,00%
WEG S.A	S	S	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	33,33%
Wetzel S.A	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	N	S	75,00%
<b>Nível de evidenciação</b>	<b>100%</b>			<b>45,62%</b>			<b>57,90%</b>			<b>33,34%</b>			

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados do Quadro 5, nos anos analisados, notou-se que 73,68% das empresas também apresentaram taxas de depreciação diferentes da previstas por lei, retratando que há uma preocupação em evidenciar a depreciação o mais próximo da realidade. O que corrobora com o estudo de Reis e Nogueira (2012), quando encontraram que 34% das empresas utilizavam taxas de depreciação diferentes dos atribuídos recomendado pela legislação referente ao exercício do ano de 2010.

Em relação às conciliações do valor contábil, comparativamente aos saldos iniciais e finais dos períodos, foram analisados 4 itens. Destes, apenas 1 foi classificado como evidenciado por todas as empresas, nos 3 períodos analisados, o qual se refere à apresentação das adições, baixas e transferências.

O menor grau de evidenciação foi representado pelo critério de reversão de perdas ao valor recuperável e sua apropriação no resultado, apresentando 33,34%, o qual a cada ano deixou de ser evidenciado de forma gradativa. Referente à conciliação do valor contábil no início e no final do período foi demonstrado pela empresa Metalúrgica Riosulense S.A, onde só evidenciou corretamente suas informações no item 7 do *check list* durante o período em questão de análise.

Nenhuma empresa atendeu 100% dos itens listados em todos os períodos analisados. As empresas Statkraft Energias Renováveis S.A e CELESC apresentaram maior *disclosure* para os itens mencionados conforme revelou o Quadro 5. Já a empresa WEG S.A apresentou o pior índice de evidenciação.

Os itens com menor aplicação no período estudado foi o item 8- Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda - CPC 31, de modo que apenas 45,62% das respostas foram positivas, e o item 10 - reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado - CPC 01 com apenas 33,34% de evidenciação das empresas.

Na sequência da análise dos dados do estudo do *disclosure* do ativo imobilizado, em relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 27) nas empresas catarinenses listadas na B3, o Quadro 6, busca apresentar os itens da terceira dimensão do *check list*, ou seja, os métodos e estimativas das vidas úteis ou taxas de depreciação.

**Quadro 6 - Métodos e as estimativas das vidas úteis ou as taxas de depreciação**

<i>Check List</i>	Item 11			Item 12			Item 13			Nível por empresa
<b>Empresas/Ano</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	
BRF S.A.	S	N	S	S	S	S	S	S	S	88,88%
CELESC	N	N	S	S	S	S	N	S	S	66,66%
CASAN	N	N	N	S	S	S	N	S	S	55,55%
CIA Hering	N	S	S	S	S	S	S	S	S	88,88%
Dohler S.A.	S	S	N	S	S	S	S	S	S	88,88%
Electro Aço Altona S.A.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Engie Brasil Energia S.A.	N	N	S	S	S	S	S	S	S	77,77%
Karsten S.A.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Lojas Hering S.A.	N	S	S	S	S	S	S	S	S	88,88%
Metalúrgica Riosulense S.A.	S	N	N	S	S	S	S	S	S	77,77%
Metisa Met. Timboense S.A.	N	N	N	S	S	S	S	S	S	66,66%
PBG S/A	S	N	N	S	S	S	S	S	S	77,77%
Pomifrut S/A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Schulz S.A.	N	S	S	N	S	S	S	S	S	77,77%
Statkraft	N	N	N	S	S	S	S	S	S	66,66%
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Têxtil Renauxview S.A.	S	S	N	S	S	S	S	S	N	77,77%
WEG S.A.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
Wetzel S.A.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100,00%
<b>Nível de evidenciação</b>	<b>59,64%</b>			<b>98,24%</b>			<b>94,73%</b>			

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme resultados apresentados no Quadro 6, em relação aos métodos e estimativas de vida útil e taxas de depreciação, as empresas Electro Aço Altona S.A, Karsten S.A, Pomifrut S/A, Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A, WEG S.A e Wetzel S.A apresentaram de forma completa todos os critérios analisados, no decorrer dos 3 anos analisados.

O item 12 do questionário, o qual se refere ao valor dos gastos durante a fase de construção, apresentou maior grau de evidenciação, sendo que apenas a empresa Schulz S.A, não atendeu adequadamente esse quesito, no ano de 2016. Em relação ao saldo de depreciação no final do período do item 13, as empresas CELESC e CASAN não tiveram evidenciação no ano de 2016 e a Têxtil Renauxview S.A, no ano de 2018. Já as demais empresas do estudo efetuaram os registros de forma regular.

A partir dos Quadros 4, 5 e 6, foi possível verificar quais pontos do CPC 27 mencionados no *check list*, as empresas listadas as quais fizeram parte do estudo, cumpriram, quais ainda não estão praticando e se as empresas apresentaram melhoras na evidenciação dos seus Ativos ao longo do tempo. O item 2, que define qual é o método de depreciação utilizado e o item 7 que se refere às adições, baixas e transferências foram atendidos por todas as empresas no período estudado atingindo 100% de evidenciação. Essas informações podem ser constatadas no Quadro 7.

**Quadro 7 - Nível de evidenciação**

<b>Empresas</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
BRF S.A.	13	11	11
Centrais Elétricas de S.C. S.A.	6	11	12
CASAN	8	11	10
CIA Hering	9	12	11
Dohler S.A.	9	10	9
Electro Aço Altona S.A.	9	10	10
Engie Brasil Energia S.A.	11	12	11



Karsten S.A.	12	12	12
Lojas Hering S.A.	9	8	9
Metalúrgica Riosulense S.A.	9	8	9
Metisa Met. Timboense S.A.	7	8	9
PBG S/A	10	10	10
Pomifrut S/A	11	10	9
Schulz S.A.	8	11	12
Statkraft E. Renovaveis S.A.	10	11	12
Teka-Tece. Kuehnrich S.A.	12	8	10
Textil Renauxview S.A.	8	11	8
WEG S.A.	9	11	9
Wetzel S.A.	12	11	10

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 7 demonstra a pontuação de cada empresa em paralelo com os períodos estudados. Nele pode-se observar também que das 19 empresas estudadas, 07 apresentaram evolução em seus registros contábeis, porém as empresas BRF S.A e a Pomifrut S/A apresentaram diminuição do seu nível de evidenciação em comparação do ano de 2018 com o de 2016.

Diante disso, fica evidente que a qualidade das demonstrações contábeis é essencial, no entanto, permanecer com o mesmo nível de evidenciação nos 03 períodos não se torna um ponto negativo, visto que as empresas PGB S/A e a Karsten S/A, as quais obtiveram esses resultados, estão com nível Bom e Ótimo respectivamente.

**Quadro 8 - Avaliação do nível de evidenciação**

<b>Empresas</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
BRF S.A.	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Centrais Elétricas de S.C. S.A.	Regular	Ótimo	Ótimo
CASAN	Regular	Ótimo	Bom
CIA Hering	Bom	Ótimo	Ótimo
Dohler S.A.	Bom	Bom	Bom
Electro Aço Altona S.A.	Bom	Bom	Bom
Engie Brasil Energia S.A.	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Karsten S.A.	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Lojas Hering S.A.	Bom	Regular	Bom
Metalúrgica Riosulense S.A.	Bom	Regular	Bom
Metisa Met. Timboense S.A.	Regular	Regular	Bom
PBG S/A	Bom	Bom	Bom
Pomifrut S/A	Ótimo	Bom	Bom
Schulz S.A.	Regular	Ótimo	Ótimo
Statkraft E. Renovaveis S.A.	Bom	Ótimo	Ótimo
Teka-Tece. Kuehnrich S.A.	Ótimo	Regular	Bom
Textil Renauxview S.A.	Regular	Ótimo	Regular
WEG S.A.	Bom	Ótimo	Bom
Wetzel S.A.	Ótimo	Ótimo	Bom

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados encontrados, possibilitou-se determinar o nível de evidenciação das empresas estudadas, sendo obtidos os níveis “Regular, Bom e Ótimo”, de modo que, nenhuma empresa apresentou a situação “Ruim”. Através destas informações, apenas as empresas BRF S.A, Engie Brasil Energia S.A e a Karsten S.A obtiveram o nível de

“Ótimo” durante os 3 anos analisados, sendo que, somente 36,84% das empresas obtiveram esse nível em 2018. No entanto, somente a empresa Têxtil Renauxview S.A, no ano de 2018 estava em situação “Regular”.

É importante que as empresas se preocupem com a evidenciação adequada das informações contábeis de seus ativos em conformidade com o CPC 27, pois esses níveis podem melhorar. Mas nesse estudo evidenciou-se que as empresas CASAN, WEG S.A e a Wetzell S.A estavam na situação “Ótimo” e passaram para a situação “Bom” e a Têxtil Renauxview S.A passou do nível de “Ótimo” para “Regular”. De modo geral, houve uma redução de 11 empresas da situação “Ótimo” no ano de 2017 para “Bom” em 2018.

Sob o mesmo ponto de vista, o estudo de Silva, Kutianski e Scherer (2018), afirmaram um crescimento no nível médio de evidenciação, que passou de 33,9% em 2008 para 51,6% em 2013 nas empresas do setor de bens industriais listadas na B3. Neste estudo, as empresas que possuíam situação “Bom” em 2016 representavam 42,10%, sendo que esse nível tornou-se mais representativo em 2018, atingindo 57,89% das empresas abordadas.

Verificou-se que nem todas as empresas apresentaram em suas notas explicativas as informações sobre os seus ativos imobilizados de forma clara. Contudo observou-se que as empresas de energia elétrica apresentaram notas explicativas mais completas e de fácil entendimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a adoção do *disclosure* do ativo imobilizado garante maior confiabilidade e qualidade das demonstrações contábeis, de modo que podem influenciar na tomada de decisão, assim como auxiliar os investidores a avaliar as melhores oportunidades de alocação dos recursos da organização visando o desempenho atual e futuro.

As informações a cerca do ativo imobilizado impactam diretamente no resultado e consequentemente na avaliação da organização por parte dos usuários tanto internos quanto externos. Dito isso, o estudo possibilitou identificar o nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas catarinenses listadas na B3 a partir da análise do CPC 27 por meio dos dados coletados das notas explicativas e compilados com a utilização do *check list*.

Através das informações colhidas, ficou evidenciado que nem todas as empresas apresentaram em suas notas explicativas as informações sobre os seus ativos imobilizados de forma clara e completa, apenas 77,19% dos itens observados foram respondidos. Além disso, nenhuma empresa apresentou todos os quesitos observados durante os 03 anos estudados. Notou-se que as empresas melhoraram seu desempenho comparado ao ano de 2016 e a maioria das empresas se manteve com classificação “Boa”, sendo que, somente uma empresa apresentou-se com situação “Regular” em 2018.

Diante do exposto, ficou notório que o objetivo deste estudo foi atingido, podendo ser medido o nível de *disclosure* que as empresas catarinenses possuem. Os dados coletados evidenciam que as empresas catarinenses listadas na B3 estão buscando atender o CPC 27 e melhorando sua forma de divulgação, para além de atender a norma, favorecer o acesso à informação aos usuários, contudo devem evidenciar com mais detalhes as suas informações contábeis.

No que tange aos estudos relacionados ao tema, pode-se entender que ainda existem campos a serem examinados pela área contábil. Em vista disso, como ensejos para a elaboração de futuras pesquisas, sugere-se uma investigação sobre o *disclosure* do ativo imobilizado em outros estados ou até mesmo em determinados ramos de atividades. Além disso, sugere-se também analisar o *disclosure* das informações relacionado com os indicadores de liquidez da empresa.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

ANDREATTA, Ana Paula. **Aplicação do CPC 27 no imobilizado em empresa do ramo transporte**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jsepu/handle/1/1005>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 9. ed. São Paulo. Atlas. 2010.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 dez. 2007.

BUSHMAN, Robert M.; PIOTROSKI, Joseph D.; SMITH, Abbie J. *What determines corporate transparency*. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, abr. 2004.

CALIMAN, Lorena. *Disclosure sobre o ativo imobilizado: uma análise das notas explicativas das empresas do segmento de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA*. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 216, p. 80-89, dez. 2015. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1335>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CAMARGO, Daniel de Mattos et al. **Ativo imobilizado segundo as normas IFRS**. UNISEPE/FVR, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5814244-Ativo-imobilizado-segundo-as-normas-ifrs.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 00: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro**. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf). Acesso em: 06 ago. 2019.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo imobilizado**. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316\\_CPC\\_27\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2006.pdf) Acesso em: 03 jun. 2019.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Números da agropecuária catarinense - (Epagri - Documentos, 277)**. Florianópolis, 2018, p 75. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Numeros\\_Agropecuaria\\_Catarinense\\_marco\\_2018\\_site.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Numeros_Agropecuaria_Catarinense_marco_2018_site.pdf). Acesso em: 05 ago. 2019.

GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar; LAND, Alexandre Klein. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado no setor público. **XXIII Congresso Brasileiro de Custos**.



Porto de Galinhas, PE, 2016. Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4149/4150>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GRACILINO, Erivelton Araújo. FIALHO, Wilton Clarimar Dutra. Registro da depreciação na contabilidade pública: uma contribuição para o *Disclosure* de Gestão. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 14 - 21, jan./abr. 2013. Disponível em:

<http://www.atena.org.br/revista/ojs2.2.308/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1540/1377>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GREJO, Letícia Matioli. et al. A influência do ativo imobilizado no comportamento assimétrico dos custos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n38p35/40190>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GUEBARA, Celiane Pascoal. **Harmonização das normas internacionais de contabilidade no Brasil: desafios para o profissional contábil**. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, MT, 2009. Disponível em: [http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20110801194739.pdf](http://biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110801194739.pdf). Acesso em: 01 abr. 2019.

HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades- de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAVESKI, Itzhak David Simão; CARPES, Antônio; KLANN, Roberto Carlos. Determinantes do nível de conformidade das evidenciações relativas ao CPC 27 em empresas do novo mercado da BM&Bovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 33-45, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4775/477547154004.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACEDO, Fabrício de. SILVA, Lucas Anderson da. Análise do nível de *disclosure* quanto à aplicação do Pronunciamento Técnico CPC27: um estudo aplicado nas empresas de capital aberto do Brasil, Argentina e Chile. **Revista Contabilidade e Controladoria**. Curitiba, v. 10, n. 2, p. 76-90, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/58689/38511>. Acesso em: 19 ago. 2019.





## V Congresso de Iniciação Científica em Gestão e Controladoria

“Transformações Tecnológicas no Ambiente de Negócios e Governança”

MARQUES, Vagner Antônio et al. Análise do nível de evidenciação da depreciação conforme o CPC 27 no período de 2007 a 2014. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 50-71, maio/ago. 2016.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo. Fatos determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas do Brasil. **Revista de Educação em Pesquisa em Contabilidade**, n. 3, n. 2, p. 72-95, 2009. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/68>. Acesso em: 31 jul. de 2019.

MURCIA, Fernando Dal-Ri et al. Impacto do nível de *disclosure* corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 196-218, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/5043>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25741>. Acesso em: 23 jul. 2019.

RAMINHO, Adalberto Hott; COLARES, Ana Carolina Vasconcelos. *Disclosure* da informação contábil na gestão patrimonial dos bens móveis das instituições públicas de ensino superior federais brasileiras. **ConTexto**. Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 113-127, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/56909/pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

REDE Catarinense de Notícias. **PIB catarinense deve crescer 3,2% em 2019, diz Facisc**. 2019. Disponível em: <http://rcnonline.com.br/economia/pib-catarinense-deve-crescer-3-2-em-2019-diz-facisc-1.2136498>. Acesso em: 05 ago. 2019.

REIS, Luciano Gomes dos; NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Disclosure do ativo imobilizado: análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC27**. Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/10149/12077>. Acesso em: 24 fev. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RODRIGUES, Luiz Carlos Souza; SILVA, Wesley Luiz; CARVALHO, Iara Medeiros de. Mudanças significativas ocorridas no ativo imobilizado devido à implantação das normas Internacionais de Contabilidade - IRFS. **Revista Inter Atividade Andradina**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.firb.br/editora/index.php/interatividade/article/view/115>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SILVA, Adriane Fagundes Sacramento da; SILVA, Edilma Pinheiro da; DENBERG, Mary Wanysa dos Santos. Mensuração do *Fair Value* de ativos tangíveis: estoques e ativo imobilizado. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.13, n. 51, 48-55, maio/agosto 2011.



## V Congresso de Iniciação Científica em Gestão e Controladoria

“Transformações Tecnológicas no Ambiente de Negócios e Governança”

SILVA, Jefferson Siqueira; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho; LAURENCEL, Luiz da Costa. Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, 40 - 50, jan/abr. 2016.

SILVA, Mônica Campos da; KUTIANSKI, Sandi; SCHERER, Luciano Marcio. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado: um estudo nas empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa. **Revista Finanças Aplicadas**. v. 9, n. 1, p. 34-56, 2018. Disponível em: <http://financasaplicadas.net/index.php/financasaplicadas/article/view/223/pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

SOUZA, Vivian da Silva et al. Um estudo da aplicação do CPC 27 nas empresas de máquinas e equipamentos industriais listadas na Bovespa. **II Seminário Científico da FACIG**. Manhuaçu, MG, 2016. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/178/156>. Acesso em: 12 ago. 2019.

TELLES, Samantha Valentin; SALOTTI, Bruno Meirelles. Divulgação da informação contábil sobre depreciação: o antes e o depois da adoção das IFRS. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 11, n. 2, p. 153-173, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4412/3032>. Acesso em: 13 ago. 2019.

VIEIRA, Paola Lima et al. Impacto da adoção do CPC 27 na depreciação contábil das empresas listadas nos setores de bens industriais e de transportes da Bovespa. **ABCustos, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos**, v. 10, n. 1, p. 23-48, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.abcustos.emnuvens.com.br/abcustos/article/view/273/506>. Acesso em: 16 ago. 2019.